

Anc

Anc  
X

# BC acha que tributação poderá inviabilizar limite para juros

## Consultor dará palavra final

Gilberto Alves — 10.03.88

A tributação imposta pela Receita Federal às operações financeiras poderá inviabilizar o tabelamento dos juros em 12% ao ano. Quem fez a afirmação foram os diretores do Banco Central, tentando mostrar ao autor da emenda que instituiu o tabelamento, Fernando Gasparian, que o teto de 12% ao ano era inviável. O deputado propôs, então, que a tributação seja retirada e afirmou que isto vai implicar menos arrecadação para o governo porque hoje o Banco Central é o grande tomador de dinheiro no mercado: "Reduz a tributação mas, em compensação, o governo paga juros mais baixos", defendeu Gasparian.

Como a Receita Federal não dá sinais de que aceita qualquer negociação que reduza os impostos sobre as operações financeiras, o Banco Central resolveu apertar até amanhã uma lista de medidas que viabilizem o acatamento do tabelamento por parte das operações governamentais. Na sexta-feira, a diretoria do Banco Central vai-se reunir com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, quando deverão ser apresentadas as alternativas dos técnicos do Banco Central.

**As mudanças**— A primeira preocupação do Banco Central é com a política monetária. Atualmente, qualquer pessoa pode estimar os juros reais pretendidos pelo BC, tomando como base a OTN fiscal, cotada diariamente pela Receita Federal. Segundo alguns empresários financeiros, o diretor da Dívida Pública, Juarez Soares, teria dito que com a correção diária (leia-se OTN fiscal) não vai dar para estabelecer uma taxa de juros no *over* porque o BC poderá ser acusado de estar praticando taxas reais bem acima dos 12% da Constituição. Se a OTN for extinta, o mercado deverá voltar a operar tendo como base a OTN cheia do mês ou mesmo a *pro rata*, que era usada antes da OTN fiscal.

Uma outra coisa que está em análise pelos técnicos do Banco Central é um uso mais acentuado dos títulos prefixados. Nesse caso, estuda-se a volta das Letras do Tesouro Nacional (LTN), que são vendidas com taxas acertadas previamente e sem vinculação com a correção monetária. Sendo assim, o Banco Central poderia, por exemplo, vender uma LTN no dia 5, com resgate no dia 25. Sem a OTN fiscal, como se poderá estimar a inflação desse período? Segundo uma fonte oficial, a preocupação do governo não é burlar a legislação, mas continuar a fazer política monetária ativa.

**Imposto pesado** — De acordo com os empresários financeiros, a tributação que os tomadores e doadores de dinheiro do sistema financeiro estão tendo que pagar à Receita Federal é realmente muito pesado. João César Tourinho, Diretor do Banco Mercantil de Crédito (BMC), disse que grande parte das taxas de juros que compõe o custo dos empréstimos é destinada ao recolhimento de impostos.

Ele citou um exemplo: no caso de um aplicador que compra um CDB a 15% e um empresário que pega emprestado no banco a 20% (taxas reais ao ano), pelo menos 8,25% vão para o governo: o aplicador paga 5,25% de imposto na fonte; o tomador recolhe 3% para Finsocial e PIS e o banco ainda paga, aproximadamente, 1% de Imposto de Renda na hora da declaração.

O consultor geral da República, Saulo Ramos, é quem dará o parecer, ainda esta semana, sobre o que é juro real e se o tabelamento dos juros em 12% ao ano estabelecido pela Constituinte é auto-aplicável ou não. O parecer foi solicitado pelo Banco Central, segundo informou ontem o presidente da instituição, Elmo Camões.

Até lá, explicou Camões, o Banco Central continuará executando a mesma política de juros altos que vinha fazendo até agora. Perguntado sobre como o governo fará para rolar a dívida pública com os juros tabelados, o presidente do Banco Central admitiu que será difícil, mas explicou que "tudo no Brasil é possível porque somos muito ecléticos e criativos".

Elmo Camões esteve ontem na Escola Superior de Guerra, onde fez conferência sobre o papel do Banco Central na economia brasileira. Após a palestra, disse que a diretoria do banco continua estudando todos os aspectos relacionados com o sistema financeiro modificados pela Constituinte. Ele afirmou, porém, que o Banco Central cumprirá o que determinar a Carta Magna.

Apesar disso, Camões admitiu que o tabelamento dos juros foi uma surpresa



Camões: "Somos muito ecléticos e criativos"

não só para o sistema financeiro mas também para o próprio Banco Central, pois com isso o Brasil será dos poucos países do mundo a ter taxa de juros tabelada. Ele lembrou que em 1933 foi realizada uma experiência semelhante no país e não deu certo, mas disse esperar que agora a Lei pegue, "pois Lei é para ser cumprida".

Mesmo afirmando a todo momento que a Constituição será respeitada, Elmo Camões explicou que o tabelamento dos juros criará várias distorções no mercado. Para aumentar sua receita, por exemplo, disse ele, os bancos poderão fazer uma série de operações artificiais. "O Banco Central vai coibir tudo o que for contra a lei", afirmou Camões, mas admitiu que "O mercado às vezes é mais forte e conduz a certas distorções que nem sempre podemos controlar".